

Faculdades de Feres receberam US\$ 7 milhões do Orçamento

Suplente de deputado se engana ao informar valor das mensalidades que cobra dos alunos

BRASÍLIA — Feres Nader também se comprometeu ao tentar explicar à CPI os US\$ 7 milhões em subvenções sociais enviadas desde 1989 para a Sociedade Barramansense de Ensino Univertário (Sobeu), mantenedora de cinco faculdades de Feres. Segundo ele, as verbas tornaram possível que as escolas cobrassem mensalidades de CR\$ 13 mil, bem abaixo do valor cobrado por outras faculdades particulares. Durante o depoimento, o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), recebeu um carnê de uma das faculdades de Feres: de acordo com o documento, no curso de comunicação social, a mensalidade é de CR\$ 21.520,00. O carnê pegou Feres de surpresa. Ele disse que não sabe direito o valor das mensalidades que cobra e explicou que levou à CPI dados antigos. "Mas o senhor não é dirigente da Sobeu?" perguntou Magalhães. "Sou, mas tem seis meses que não passo lá."

Feres foi deputado de 1986 a 1990 e exerceu o manda-

José Varella/AE—15/11/93



O relator Roberto Magalhães

to como suplente de janeiro a julho deste ano. No depoimento de ontem, negou o tempo todo que alguma vez tivesse apresentado emendas ao Orçamento para beneficiar suas entidades, ou que tivesse pedido emendas a outros parlamentares. Também negou que tivesse influído na liberação dos US\$ 7 milhões que suas faculdades receberam do governo sem que a verba estivesse prevista no Orçamento. Depois que o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) mostrou uma emenda assinada por Feres destinando US\$ 226.106

a entidades ligadas ao deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ), Feres recuperou a memória: "Talvez tenha assinado esta emenda, innocentemente", disse. "Sou irmão fraterno do deputado Raunheitti e tenho inteira confiança nele." Raunheitti deve depor hoje à CPI.

Logo depois que Feres negou o uso de notas frias para justificar despesas feitas pelo Instituto Antônio Belino Rodrigues Leite, o telefone tocou na sala da CPI. Um homem que se identificou como Luiz Gonzaga da Silva, de Bananal, informou ao deputado Carlos Luppi (PDT-RJ) que emitiu notas frias para o instituto quando trabalhava no Supermercado Socorro, fornecedor da entidade. Luiz Gonzaga afirmou que era obrigado a assinar as notas por Antônio Belino, o primo-tesoureiro de Feres.

O depoimento foi cheio de momentos constrangedores para Feres. Na hora de responder a uma pergunta de Magalhães, por exemplo, o suplente de deputado chamou o relator de "meu filho". "Se eu fosse seu pai, o senhor estaria de castigo hoje", rebateu Magalhães. O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), repreendeu Feres. "Se o chamei de meu filho, foi de uma forma respeitosa", desculpou-se o suplente. "Não posso chamá-lo nem de filho nem de pai." Em outro momento, quando era interrogado pelo deputado José Dirceu (PT-SP), Feres foi dramático: "Se o senhor encontrar uma única emenda minha, quero o meu fuzilamento."